

Conectividade

Sem acesso à internet, estudantes pobres sofreram mais no ensino não presencial

Novo Fundeb em risco

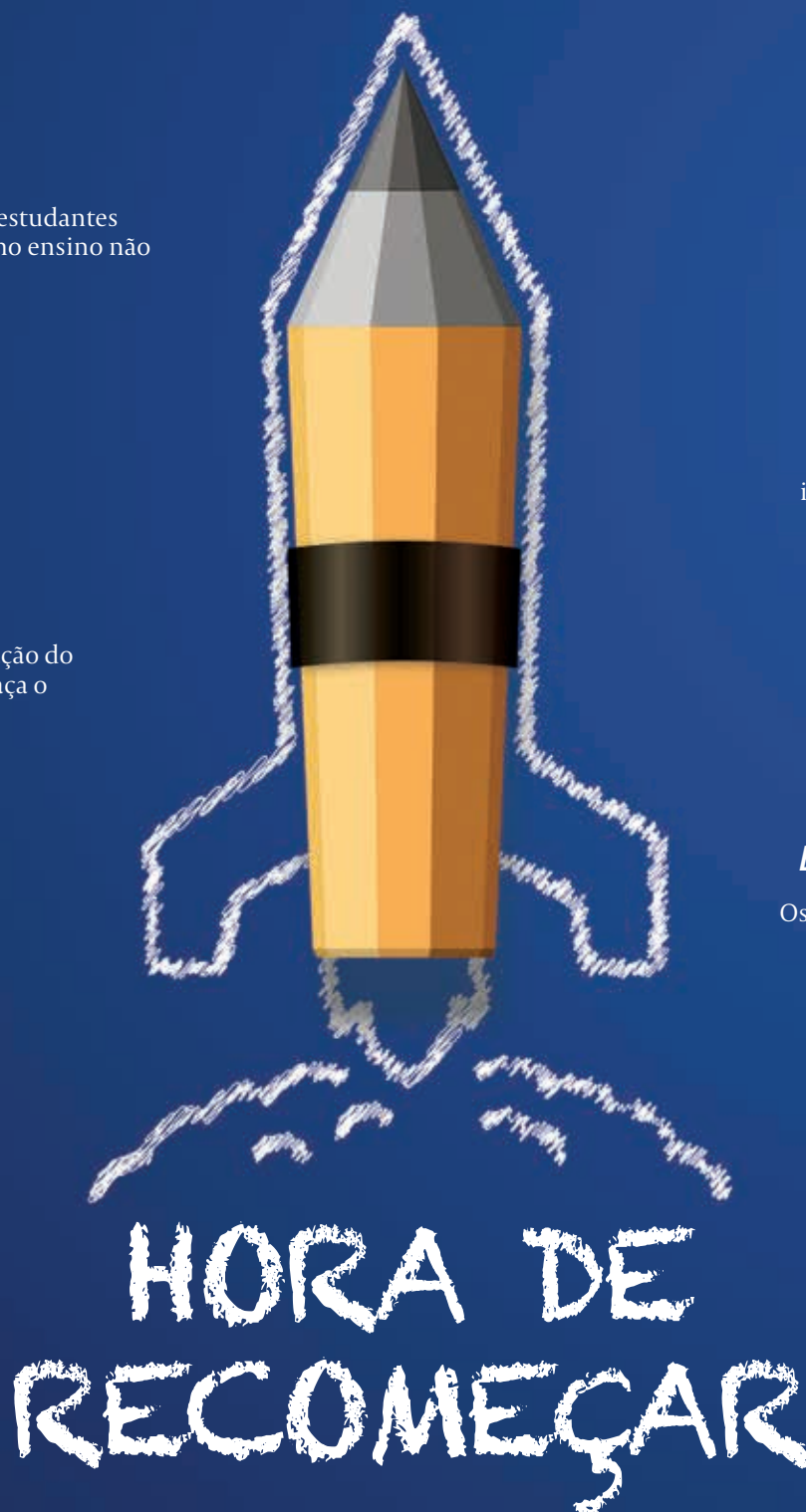
Lei que limita arrecadação do ICMS dos estados ameaça o Fundo

Alfabetização

Os efeitos da pandemia em uma das fases mais importantes da vida das crianças

Educação Infantil

Os desafios pós-pandemia



 fundacaosantillana.org.br

   /fundacaosantillana



Fundação
Santillana

A EDUCAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Diálogos em busca de
uma educação de qualidade
para todos.

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana atua para a superação das desigualdades educacionais, com base na certeza de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, inclusivo e sustentável.

A Fundação acredita no debate plural e democrático sobre soluções e desafios para o mundo educativo e busca levar para instituições públicas e privadas, professores, gestores e a sociedade civil informações, conhecimento e iniciativas para uma educação de excelência para todos. Para isso, realiza e apoia iniciativas que contribuam para o desenvolvimento e transformação da educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem.

Acesse nossa
biblioteca
digital



<https://mod.lk/publica>

Assista
nossas
lives



<https://mod.lk/funda>

Fundação **Santillana**

Presidente

Luiz Miguel Martins Garcia

Dirigente Municipal de Educação de Sud
Mennucci/ SP

Vice-presidente

Alessio Costa Lima

Dirigente Municipal de Educação de
Ibaretama/ CE

Secretaria de Coordenação Técnica

Luslarlene Umbelina Souza Fiamett

Dirigente Municipal de Educação de
Santa Luzia do Oeste/ RO

Secretaria de Articulação

Marcelo Wagner de Oliveira

Dirigente Municipal de Educação de
Carandaí/ MG

Secretaria de Finanças

Maria Elza da Silva

Dirigente Municipal de Educação de
Bonito/ PE

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Márcia Aparecida Baldini

Dirigente Municipal de Educação de
Cascavel/ PR

Secretaria de Comunicação

Guerino Perius

Dirigente Municipal de Educação de
Chapadão do Sul/ MS

Presidência da Região Centro-Oeste

Eduardo Ferreira da Silva

Dirigente Municipal de Educação de
Canarana/ MT

Presidência da Região Nordeste

Carlos Rubens Araújo

Dirigente Municipal de Educação de Dois
Riachos/ AL

Presidência da Região Norte

Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca

Dirigente Municipal de Educação de
Piraquê/ TO

Presidência da Região Sudeste

Osório Luís Figueiredo de Souza

Dirigente Municipal de Educação de
Cachoeiras de Macacu/ RJ

Presidência da Região Sul

Patrícia Lueders

Dirigente Municipal de Educação de
Blumenau/ SC

Suplentes

*Suplente da Secretaria de Coordenação
Técnica*

Sueli Terezinha Magalhães

Dirigente Municipal de Educação de
Mucajá/ RR

Suplente da Secretaria de Articulação

Vilmar Lugão de Britto

Dirigente Municipal de Educação de
Jerônimo Monteiro/ ES

Suplente da Secretaria de Finanças

Raimundo Pereira Gonçalves Filho

Dirigente Municipal de Educação de
Itapirica/ BA

Suplente da Secretaria de Assuntos Jurídicos
cargo vago

Suplente da Secretaria de Comunicação

Marcony Wellython Oliveira Pinheiro

Dirigente Municipal de Educação de
Poção de Pedras/ MA

*Suplente da Presidência da Região Centro-
Oeste*

Leonardo Santa Cecília

Dirigente Municipal de Educação de
Catalão/ GO

Suplente da Presidência da Região Nordeste
cargo vago

Suplente da Presidência da Região Norte

João Libânio Cavalcante

Dirigente Municipal de Educação de
Maués/ AM

Suplente da Presidência da Região Sudeste

Márcia Aparecida Bernardes

Dirigente Municipal de Educação de
Mairiporã/ SP

Suplente da Presidência da Região Sul

Maristela Ferrari Guasseli

Dirigente Municipal de Educação de Novo
Hamburgo/ RS

Conselho Fiscal

Titulares

Erica Graziela Benício de Melo

Dirigente Municipal de Educação de
Domingos Mourão/ PI

Amarísio Saraiva de Oliveira

Dirigente Municipal de Educação de
Cruzeiro do Sul/ AC

Manoel Souza dos Santos

Dirigente Municipal de Educação de
Mazagão/ AP

Suplentes

Antônia Rodrigues da Silva

Dirigente Municipal de Educação de
Benjamin Constant/ AM

Joária de Araújo Vieira

Dirigente Municipal de Educação de Rio
do Fogo/ RN

Michael Lopes da Silva

Dirigente Municipal de Educação de
Esperança/ PB

*Secretaria executiva – Vivian Ka Fuhr
Melcop*

*Assessoria institucional – Maria Edineide
de Almeida Batista*

*Administrativo – Fátima Soares, José
Nilson Melo e Wendell Assunção*

*Comunicação – Beatriz Zendersky, Joana
Saraiva e Vanelle Oliveira*

*Projetos – Clara Chaves, Dalva de
Oliveira, Jéssica Almeida, José Lucena,
Pedro Campos, Renata Dias, Vilmar
Klemann e Vinicius Ramos*

*Revista Educação Municipal
Coordenação – Joana Lamounier Saraiva
e Vanelle Menezes Oliveira*

*Colaboração – Beatriz Zendersky, Maria
Edineide de Almeida Batista e Vivian
Ka Fuhr Melcop*



Equipe CobraCriada

Jornalistas responsáveis – Verônica

Soares e Gabriel Pinheiro

Revisão – Leandro Fortes

Coordenador de criação – Tomás Fortes

Arte e diagramação – Denise Oliges

Apoio na impressão

Fundação Santillana

Fundação **Santillana**

Tiragem: 9.000 exemplares

Editorial

Começamos o ano de 2022 com uma terceira onda de covid-19. Após passarmos por um período mais ameno no que diz respeito à pandemia, o qual permitiu a retomada das aulas presenciais ainda em 2021, a variante ômicron veio e, com ela, mais um aumento no número de casos da doença que ceifou tantas vidas de pessoas amadas por todos nós.

No entanto, mesmo diante da ameaça iminente, graças à vacinação em massa de adultos e o início da vacinação infantil, as atividades pedagógicas presenciais voltaram nas redes municipais de educação. Pesquisa realizada pela Undime, no início do ano, apontou que a maioria das redes já havia reaberto as escolas, com foco na recomposição e na recuperação das aprendizagens, tratando também do acolhimento socioemocional.

Esta nova edição da Revista Educação Municipal traz uma reflexão acerca dos desafios para dirigentes de educação nos 5.568 municípios brasileiros quando se trata de Educação Infantil e Alfabetização neste período de retomada das ativida-

des presenciais, visto que foram as etapas mais afetadas pela oferta do ensino remoto e híbrido. A edição também retrata a preocupação com o risco de evasão e exclusão escolar, que representa mais um dos duros impactos da pandemia no país.

Além das perdas da educação devido à queda de investimentos pelo orçamento da União, os recursos do Novo Fundeb - que finalmente passou a integrar a Constituição Federal de maneira permanente -, estão ameaçados com a possibilidade de limitação do percentual do ICMS, imposto que representa mais de 60% dos recursos do Fundo.

O Sistema Nacional de Educação (SNE) despontava como a principal agenda educacional de 2022, por ter como objetivo articular os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, para assegurar a efetivação do regime de colaboração, com a definição dos papéis, competências e responsabilidades de cada um dos entes federados. A aprovação do SNE é urgente, ao contrário do *homeschooling* que, apesar de não ser a prioridade da sociedade civil para a educação, está sendo

tratado como urgência, tanto pelo Governo Federal como pelo Congresso Nacional, ao ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, sem nenhuma discussão nas comissões. Enquanto isso, o SNE, que é estruturante para a educação brasileira, conforme previsão do Plano Nacional de Educação, está parado no Congresso.

Os desafios postos são inúmeros, mas a Undime continua empenhando esforços e trabalhando junto aos Dirigentes Municipais de Educação de todo país em busca da implementação e a efetividade das políticas públicas para a garantia do direito à educação, na perspectiva de renovação e esperança por tempos melhores para educação pública brasileira.

Boa leitura!

Luiz Miguel Martins Garcia

Dirigente Municipal de Educação
de Sud Mennucci / SP
Presidente da Undime

Su má rio



08

Entrevista:
Luiz Miguel
Martins Garcia

12

Capa:
Hora de
recomeçar

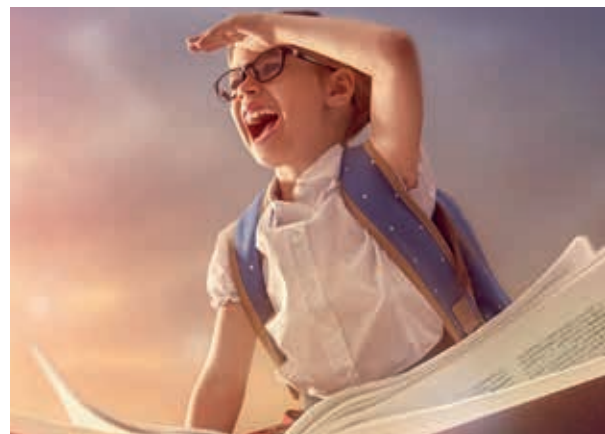
Conectividade 14

Lei que limita
arrecadação do
ICMS dos estados
ameaça o Novo
Fundeb 17

O retrato do Novo
Fundeb no Brasil 20



O flagelo do
homeschooling
ameaça a
educação
brasileira 24



Educação Infantil:
Os desafios
pós-pandemia 27

Os efeitos da
pandemia na
alfabetização 30

32 *Artigo:*
Sistema Nacional
de Educação

34

Educação
empreendedora

35

Rotina de
violência revela
infância perdida

36

Busca Ativa:
De volta à
sala de aula





Entrevista: Luiz Miguel Martins Garcia

A pandemia do novo coronavírus trouxe desafios para a educação brasileira. Passados dois anos, com a retomada das aulas presenciais, municípios brasileiros tiveram que reavaliar as estratégias de atuação para garantir educação de qualidade para os alunos. Luiz Miguel Martins Garcia, Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci / SP e presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, a Undime, fala dos desafios e do protagonismo da entidade na orientação de gestores educacionais, nos 5.568 municípios brasileiros.

Passados dois anos de pandemia, quando boa parte dos municípios ficou com as escolas fechadas para aulas presenciais, quais são os principais desafios dos Dirigentes Municipais de Educação, neste ano e nos próximos?

Garantir o retorno de todos os alunos para a sala de aula. Quando eu falo todos, me refiro àqueles que, de alguma forma, não tiveram acesso à escola plenamente no período de pandemia e àqueles que tiveram e abandonaram a sala de aula por diversos motivos. Outro desafio é identificar os conteúdos que não foram aprendidos nesse período e trabalhar para que isso aconteça nos próximos anos. Também precisamos realizar avaliações continuamente. Elas nortearão esse processo de reestruturação curricular das ati-

vidades a serem oferecidas. Para transformar esse cenário, precisamos inserir o processo de formação continuada, fortalecido, reforçando ainda mais em relação ao que se tinha no momento pré-pandemia, porque nós precisamos fazer a inserção desses aspectos pedagógicos previstos na Base Nacional Comum Curricular e nos currículos da rede. Olhando da parte do gestor, ele tem que trabalhar no sentido de garantir a infraestrutura para se fazer a busca ativa, as avaliações e a organização das políticas de formação continuada.

Como a Undime está orientando os gestores municipais com relação a Educação Infantil, nesse momento de retomada às aulas presenciais?

Enquanto gestores, trabalhamos e orientamos nas macro ações. A

primeira macro ação essencial é a garantia de vagas com qualidade. Por isso, somos contra a geração de programas que possam parecer solução, mas precarizam ainda mais a oferta da Educação Infantil. Não queremos que os alunos sejam assistidos por um cuidador. Queremos que o aluno seja educado e que tenha um processo de educação. É muito importante uma proposta pedagógica alinhada à BNCC, que norteie o trabalho com os alunos. O trabalho na Educação Infantil é ainda mais complexo porque o aprendizado dos alunos menores acontece por meio da interação, das experiências e de vivências. Além da formação continuada dos professores, a Undime tem orientado para a garantia de novas vagas para a Educação Infantil.

É inevitável falar em retomada das aulas presenciais e não falar em recomposição de aprendizagens. Como os municípios têm trabalhado para recompor/recuperar o que foi não foi trabalhado ou o que foi trabalhado da maneira possível durante a pandemia? O que é importante considerar nesse processo?

Temos vários estudos feitos em diferentes regiões do país que mostram alguns dados superficialmente, mas um estudo muito importante que temos a nossa disposição, apresentado recentemente, são os resultados preliminares do Saeb. Mais importante do que isso é que têm pautado os municípios, são as avaliações de diagnóstico feitas desde o momento em que as redes retomaram as aulas presenciais. É uma ferramenta relevante que está à disposição hoje é a plataforma de avaliações diagnósticas do MEC em parceria com o Caed/UFGM. A Undime participou de muitas conversas com o MEC, mas mais importante do que isso tudo é que haja um programa, um plano de ação a partir daquilo que vai se diagnosticar, contendo um projeto que tenha ações claras que vão ser desenvolvidas, um cronograma e que seja realizado um monitoramento do que está sendo feito. A partir disso, nós vamos ter condições de identificar se o aluno está avançando e, aos poucos, suprimindo essa carência que foi ficando para trás. Lá na frente, essa metodologia poderá ajudar a acelerar a aprendizagem.

Com relação às competências socioemocionais, qual a sua avaliação sobre esse aspecto e como trabalhar para amenizar os impactos da pandemia em alunos e profissionais da educação?

Tanto alunos quanto professores estão impactados com essa quebra

de rotina, e isso é muito mais sensível quando pensamos nos estudantes, na sua maioria crianças e jovens, que foram muito prejudicados. Os alunos chegaram ou mais calados ou mais afoitos, e essa explosão salta, muitas vezes, em forma de uma mudança de comportamento e até de violência. Todos que trabalham na escola vivem essa situação. Primeiro é preciso ter consciência de que todos estão impactados e afetados pela pandemia; segundo, precisamos tratar o medo que persiste, porque estamos vivendo em meio à pandemia; terceiro, precisamos também oferecer possibilidade para reverter esse quadro. Nesse contexto, criando espaço para o diálogo, para a compreensão e para que as pessoas possam desenvolver esse processo de empatia.

Em relação ao acesso à internet nas escolas públicas brasileiras, o que mudou com a aprovação da Lei 14.172/2021, mais conhecida como Lei da Conectividade?

A questão da conectividade se mostra muito necessária e estratégica no desenvolvimento da educação, no ambiente escolar. É importante observar que durante a pandemia, a ausência de conectividade ficou muito evidente porque diminuíram as possibilidades de uso instrumental para isso. Se a escola estiver conectada, ela se transforma num espaço de acolhimento que coloca o aluno em condição de avançar no que diz respeito a ações ou cursos das atividades propostas. Quando pensamos em conectividade, estamos falando em colocar o aluno em contato com o universo do conhecimento. A partir deste momento, essa lei traz um processo de investimento, mas ela ainda é muito limitada nesse sentido. É impossível desenvolver uma ação concreta, forte e objetiva com

os recursos previstos. A conectividade pode ser um passo para a promoção de equidade, da ampliação do contato do aluno com o mundo escolarizado, no que diz respeito às novas tecnologias, mas que jamais vai substituir a presença em sala de aula, o contato com a turma articulado com o professor.

Recentemente foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.179/12, que autoriza a educação domiciliar no Brasil. O PL está agora no Senado. Qual a posição da Undime sobre esse assunto?

A Undime é totalmente contra. Essa pauta não é prioridade para a educação brasileira, nesse momento. A educação é construída dentro de um processo de interação. Quando segregamos o aluno ao ambiente da sua casa e da sua família, estamos tirando dele a possibilidade de desenvolvimento de um senso de coletividade, de humanidade, do olhar para o outro e da vivência social. O efeito da educação domiciliar nas crianças poderá ser semelhante àqueles causados pelo distanciamento social durante a pandemia da covid-19, e que lamentamos tanto. Além disso, há as situações de crime de abandono intelectual, de violência doméstica e abuso sexual de crianças que as escolas identificam e encaminham às instâncias responsáveis. O Congresso Nacional deve ser reconhecido pelo trabalho que desenvolveu no sentido de conseguir aprovar o Novo Fundeb, que é permanente e está na Constituição Federal. A expectativa, agora, está em torno da aprovação e sanção do Sistema Nacional de Educação.

Com relação ao Novo Fundeb, o que a Undime tem feito para dirimir as dúvidas em relação ao tema?

O Novo Fundeb traz desafios de compreensão e algumas exigências que precisam ser entendidas pelos municípios e pelas redes. A Undime tem feito várias atividades de formação. Foi construída uma série de quatro videoconferências, transmitidas pela plataforma Conviva Educação, que todo dirigente pode explorar e que explica os detalhes do Novo Fundeb. Fazemos um processo de comunicação constante com atividades e cronogramas. Paralelamente a isso, temos travado constante defesa do Fundeb em audiências, fóruns e seminários em que a Undime participa porque, em que pese a contrariedade ao que se queria inicialmente, o Novo Fundeb foi aprovado por uma imensa maioria no Senado.

Como está a implementação da Base Nacional Comum Curricular nos municípios brasileiros? É possível afirmar que os gestores municipais já sentem algum avanço após a implementação dos currículos alinhados à BNCC?

Existem observatórios que mostram que quase a totalidade de municípios já aderiu e atualizou os seus currículos. Praticamente todos os regimes de colaboração foram bastante interessantes e fortes entre Undime e secretarias estaduais, e estes passaram a ser currículos da região, da rede municipal e da rede estadual. Alguns municípios optaram em fazer o seu próprio currículo integralmente, seguindo sempre a BNCC, ou a partir de um currículo desenvolvido integralmente com os estados, agregando pontos específicos. Diante desse quadro, tínhamos a expectativa de um trabalho muito forte de interação da BNCC, no mo-

mento final desse ciclo, que vai impactar nos planos de aula.

Qual a importância do Sistema Nacional de Educação para a educação brasileira? Quando aprovado, o que vai mudar?

Na prática, teremos uma organização do funcionamento da educação brasileira e, sobretudo, uma clareza do papel de cada elemento desse sistema. A educação do país se faz em regime de colaboração que tem instâncias que precisam ser consideradas na sua horizontalidade da rede municipal, da rede estadual e da União. O Sistema Nacional de Educação permitirá que todas as outras políticas de apoio de desenvolvimento de educação possam ser organizadas com mais clareza. Sobre tudo, é muito importante que o SNE valorize os instrumentos de colaboração excludentes. Temos uma Educação Infantil de responsabilidade dos municípios, uma educação no Ensino Fundamental, que é compartilhada entre redes municipais e estaduais, e temos a União cuidando de uma parcela muito pequena da educação básica: menos de um por cento. É importante que a União tenha nessa estrutura do Sistema Nacional de Educação um compromisso de suplementação e de apoio a todo desenvolvimento da educação básica.

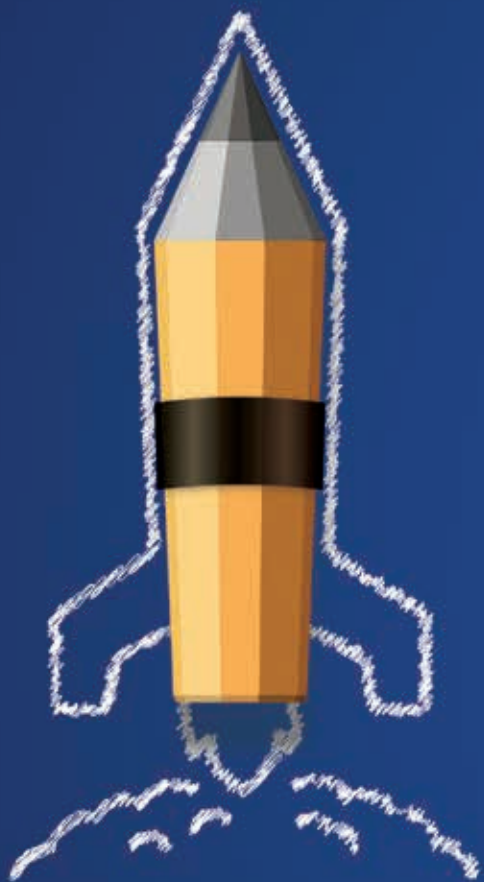
“

A conectividade pode ser um passo para a promoção de equidade, da ampliação do contato do aluno com o mundo escolarizado, no que diz respeito às novas tecnologias, mas que jamais vai substituir a presença em sala de aula, o contato com a turma articulado com o professor.

Luiz Miguel



Foto: Undime



Hora de Recomeçar

Apesar dos esforços de gestores e profissionais da educação para ofertar o ensino não presencial e híbrido, a falta de aulas presenciais e os impactos relacionados às questões socioemocionais causados pela pandemia interferiram diretamente no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, por todo o território nacional

Com a volta às aulas presenciais, em meados de 2021, gestores da educação sentiram a necessidade da realização das chamadas “avaliações diagnósticas”, usadas para dimensionar o quanto os estudantes dominam determinados conhecimentos, habilidades e competências. A estratégia foi adotada para medir os impactos do ensino remoto nos alunos e, consequentemente, dar início a medidas que visem à recuperação e à recomposição de aprendizagens.

Segundo o presidente da Undime, Luiz Miguel Garcia, Dirigente Municipal de Educação de Sud Menucci/ SP, independentemente da

realização de avaliação diagnóstica formal, no primeiro momento de voltas às atividades, os professores conseguiram identificar muitas dificuldades no contato direto com o aluno, em sala de aula. De acordo com Garcia, a Undime, desde o ano passado, tem apoiado movimentos e ferramentas de avaliações diagnósticas de aprendizagem.

Luiz Miguel lembra que existem várias possibilidades de avaliações que podem ser desenvolvidas pela própria escola e pelos professores para organizar a atividade coletiva de programação de planejamento. “Temos um processo de reorganização curricular e com a reestruturação de todo esse trabalho. É muito

importante que, considerando as diferentes realidades, possamos retomar aquilo que foi trabalhado de forma parcial, reorganizar toda a estrutura curricular e garantir os direitos de aprendizagem. Além disso, que seja possível reforçar e intensificar as ações pedagógicas para que efetivamente, num médio e longo prazo, consigamos sanar as deficiências e problemas gerados por esse período de pandemia”.

A diretora-presidente da Comunidade Educativa Cedac, Tereza Perez, considera que, para fazer a recomposição e recuperação das aprendizagens, será necessário levar em consideração todo o conhecimento adquirido pelos alunos no convívio

com as famílias durante o período do ensino não presencial. “É importante salientar que, além das perdas, crianças e adolescentes também aprenderam muito durante esse período. Todos estiveram imersos em inúmeras informações. Ninguém ficou estagnado”, avalia.

Para a educadora, cada conjunto de municípios e cada estado têm condições de se planejar e estabelecer o que será realizado para que as aprendizagens sejam intensificadas e fortalecidas. “Não adianta querer acelerar as aprendizagens, aprender requer tempo. Adianta, sim, intensificar e aprofundar as aprendizagens”, diz Tereza.

Iniciativas

Neste momento decisivo para educação brasileira, atores sociais de diversas vertentes desenvolveram projetos educacionais para amparar e ajudar gestores públicos a trabalhar na recomposição das aprendizagens. Há projetos desenvolvidos pelo Itaú Social e a Fundação Telefônica-Vivo, junto à Undime, por exemplo.

Segundo a superintendente do Itaú Social, Angela Dannemann, a entidade atuou em diversas frentes para contribuir com a educação pública, especialmente no período da pandemia e da retomada das atividades presenciais. “Entre as iniciativas, apoiamos pesquisas que revelaram

os principais desafios dos dirigentes municipais, das famílias, das professoras e professores, além de oferecermos oportunidades de formação para os gestores, como o percurso formativo Recuperação de Aprendizagens e por meio de formações mediadas realizadas em parceria com a Undime e a Rede de Colaboração Intermunicipal em Educação, com a participação de 408 municípios”, enfatiza.

Além disso, o Itaú Social disponibilizou tecnologias educacionais para serem implementadas pelas redes. “Em outra frente, apoiamos também organizações da sociedade civil que, junto das escolas, promoveram projetos para o combate ao abandono e evasão escolar”, conta.

O diretor presidente da Fundação Telefônica Vivo, Américo Mattar, destaca a importância da tecnologia no auxílio no processo de recomposição de aprendizagem. Para isso, segundo ele, a tecnologia deve apoiar os educadores na recomposição de fluxo com atividades complementares dentro e fora de sala aula, considerando o ambiente escolar como um espaço de aprendizagem híbrido. “A tecnologia [desde formações, conteúdos e plataformas que possam disponibilizar para os alunos] pode ajudar o educador a se preparar para realidade que está enfrentando”, destaca.

Para Américo, o caminho a ser percorrido vai desde a preparação de todos os educadores das redes e

de conteúdos e escolas efetivamente conectadas com banda larga de qualidade até equipamentos necessários para os alunos interagirem e acessarem esse conteúdo dentro do ambiente escolar.

A diretora de Políticas e Diretrizes da Educação Básica do Ministério da Educação, Myrian Sartori, explica que a pasta trabalha com as estratégias para recomposição e recuperação das aprendizagens, desde o início de 2021 e, em outubro, foi disponibilizada a plataforma de Avaliações Diagnósticas e Formativas que é fruto de parceria entre o Ministério e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A plataforma apoia as redes de ensino na retomada das aulas presenciais e na recomposição das aprendizagens e reúne os cadernos dos testes das Avaliações Formativas do 1º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, devolutivas pedagógicas, recursos formativos e ferramentas que possibilitam a professores e gestores o acompanhamento personalizado das aprendizagens.



Conectividade

Sem acesso à internet, estudantes pobres
sofreram mais na pandemia

Cerca de 18% da população brasileira não tem acesso à internet. Esse universo de 40 milhões de pessoas evidencia a falta de conectividade no Brasil. A conexão escassa tornou-se um problema ainda mais urgente de ser resolvido na pandemia, período em que a aprendizagem teve que ir para os ambientes virtuais. De acordo com uma pesquisa feita pelo IBGE, 4,3 milhões de estudantes no Brasil tiveram que entrar na realidade da pandemia sem ter acesso à internet. Nos dias atuais, as desigualdades em relação ao acesso ao mundo digital persistem no Brasil e têm reflexos nas escolas do país.

De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação sob os auspícios da UNESCO (Cetic), que monitora a adoção das tecnologias de informação e comunicação no Brasil, em 2020, por volta de 18% das escolas públicas das áreas urbanas não possuíam acesso à internet. Nas zonas rurais, essa porcentagem chegava a 48%.

A pesquisa mostra que a falta de conectividade nas escolas brasileiras está vinculada, por exemplo, ao seu tamanho: quanto maior, mais conectada. Por volta de 70% das instituições que possuem de 51 a 150 matrículas possuem acesso à internet. Essa porcentagem cai para os 55% nas escolas com até 50 estudantes.

Vitor de Angelo, secretário de Estado da Educação do Espírito Santo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), afirma que a pandemia

e a necessidade das aulas remotas evidenciaram o quanto ainda precisamos avançar em conectividade e como isso se mostrou um complexo problema a ser resolvido. “O acesso a equipamentos de informática é um problema administrável. É possível comprá-los, embora também devido à pandemia tenhamos sofrido com a demora na entrega e na escassez de oferta por parte dos fabricantes”, destaca.

“A verdadeira barreira digital encontra-se no acesso à internet. O custo dos planos de dados no sistema pré-pago é elevado e o volume de dados oferecido é insuficiente para a execução de tarefas estudantis e para o acompanhamento de aulas ou reuniões em tempo real”, explica ele.

A Lei 14.172/2021 prevê o repasse da União aos estados e ao Distrito Federal do valor de R\$ 3,5 bilhões para aplicação, pelos poderes executivos estaduais e do Distrito Federal, em ações para a garantia do acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da rede pública de ensino, em virtude da calamidade pública decorrente da covid-19.

De acordo com o governo, o público beneficiário dessas ações seria composto pelos alunos da rede pública de ensino pertencentes a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), além dos matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas, bem como os professores da educação básica da rede pública de ensino dos estados, DF e municípios.

Cezar Miola, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais

de Contas do Brasil (Atricon), afirma que a falta ou a insuficiência de medidas nesse campo pode comprometer o futuro de milhões de crianças e adolescentes já afetados por situações de abandono, evasão e severa queda na aprendizagem. “As iniciativas previstas pela lei contribuem para reduzir as inúmeras desigualdades educacionais, na medida em que buscam garantir acesso à internet aos alunos mais vulneráveis”, explica.

Em 2021, o presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou um projeto da Câmara que previa ajuda federal com recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para os estados e municípios garantirem acesso às redes públicas de ensino. Esse veto foi derrubado pelo Congresso e transformado na Lei 14.172/21. Vitor defende que o Fundo é muito importante, mas vem sendo contingenciado para compor os recursos do Tesouro, na busca de reduzir o déficit das contas públicas.

“É possível ver isso por meio dos dados da Pnad, que revelam quase 50 milhões de brasileiros desconectados, um quarto da população com mais de 10 anos de idade. Outro indicador que evidencia a baixa eficácia do Fundo de sua execução: uma fiscalização do TCU em 2016 explorou justamente a utilização do dinheiro do Fundo e revelou um descompasso entre o volume arrecadado e a aplicação nos objetivos que motivaram a criação” explicou o Secretário de Educação do Espírito Santo. Ele conta que, de acordo com o TCU, dos R\$ 16 bilhões arrecadados entre 2001 e 2015, apenas

1,2% foi utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações.

“É preciso construir uma política nacional de conectividade, sob o comando da União, que consiga levar internet para todas as localidades do país, especialmente as mais distantes”, defende Angelo. Ele reafirma a posição de que sem um forte investimento federal, com apoio dos estados e municípios, não será resolvido o problema em definitivo e somente restarão as medidas paliativas.

Cristieni Castilhos, CEO da MegaEdu, parceira da Fundação Lemann, defende que hoje se vive uma oportunidade única, haja vista existirem recursos vindos de várias políticas públicas federais que podem ser usados para garantir que todas as escolas públicas brasileiras estejam conectadas à internet de alta velocidade. “É fundamental, nesse momento, que essas políticas públicas federais possam ser direcionadas para as escolas que mais precisam. Isso exige que os municípios sejam incluídos na construção de qualquer proposta de solução para o abismo digital em que vivemos”, conta Castilhos.

Educação Conectada

Em 2017, foi criado o Programa de Inovação Educação Conectada para apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica.

Em 1º de julho de 2021, foi instituída a Política Nacional de Educação Conectada, por meio da Lei nº 14.180. Com a sanção da Lei, o Programa tornou-se política pública. A legislação se dá em cumprimento à estratégia 7.15 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e prevê a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomento do uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

A Política prevê apoio técnico para escolas e redes de educação básica na elaboração de diagnósticos e planos locais para a inclusão da inovação e da tecnologia na prática pedagógica das escolas; suporte às escolas e às redes de educação básica para contratação de serviço de acesso à internet; implantação de infraestrutura para distribuição do sinal da internet nas escolas; aquisição ou contratação de dispositivos eletrônicos e aquisição de recursos educacionais digitais ou de suas licenças.

“

É preciso construir uma política nacional de conectividade, sob o comando da União, que consiga levar internet para todas as localidades do país, especialmente as mais distantes.”

Vitor de Angelo



Lei que limita arrecadação do ICMS dos estados ameaça o Novo Fundeb

Cálculos estimam que o impacto da limitação do ICMS no Fundeb pode chegar até R\$ 21 bilhões

A Lei Complementar nº 194, sancionada em 23 de junho, pelo presidente Jair Bolsonaro, que altera a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados, tornou-se uma ameaça às conquistas do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), de 2020. Com a nova medida, a arrecadação do ICMS dos estados cobrada sobre o valor dos combustíveis, da energia elétrica, das telecomunicações e dos transportes coletivos ficou limitada a 17%. A medida vai fazer com que estados e municípios percam cerca de R\$ 83,5 bilhões em arrecadação por ano.

Para entender o impacto que a medida vai trazer para a educação brasileira, é necessário compreender o mecanismo que financia o Novo Fundeb. O vice-presidente da Undime, Alessio Costa Lima, Dirigente Municipal de Educação de Ibareta/ CE, explica que, atualmente, em média mais de 60% dos recursos destinados do Fundeb são oriundos do ICMS, constituindo-se o principal tributo da cesta de impostos responsável pela manutenção do Fundo. A legislação também estabelece que a União fica responsável pela complementação gradativa ao Fundeb: atualmente é de 15%, mas chegará ao percentual de 23%, em 2026. Segundo Lima, ao todo, foram cinco anos de discussões, mobilização e pressão da sociedade civil que resul-

taram na conquista de mais recursos para o Novo Fundeb, os quais serão comprometidos o equivalente a mais de 10% do seu valor total, com essas mudanças.

A legislação estabelece também que os Estados e o Distrito Federal têm até o dia 26 de agosto deste ano para mudarem as legislações existentes e redefinirem critérios de redistribuição do ICMS aos municípios, com foco em três indicadores: melhoria do desempenho da aprendizagem; equidade dos indicadores de aprendizados educacionais; e as condições socioeconômicas dos estudantes. Na prática, com essa inovação, os municípios que mais investirem na modernização da gestão educacional, na qualificação e na escolha de bons dirigentes municipais e escolares terão condições de alavancar melhorias nos resultados educacionais e, conseqüentemente, serão contemplados com mais recursos na hora de redistribuição da quota parte do ICMS dos municípios.

A Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) se dedica a estudos sobre vários aspectos do financiamento da educação, como o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a alimentação escolar e o cálculo do impacto de possíveis alterações na metodologia do Fundeb, como a atual redução do ICMS. Com as Notas Técnicas da Fineduca, sociedade civil e, especialmente, ins-

tuições que defendem a educação pública podem acompanhar a evolução dos complexos processos envolvidos na aplicação das regras que estruturam o Fundeb. O presidente da Fineduca, Nelson Cardoso do Amaral, reforça que o Novo Fundeb representa um verdadeiro avanço na educação brasileira, tanto para os estados e o Distrito Federal, quanto para os municípios, especialmente os mais pobres.

Líder de Relações Governamentais do Todos Pela Educação, Lucas Hoogerbrugge lembra que a mudança no critério de repasse para a educação com base no desempenho tornou-se um ganho real para o ensino brasileiro: o recurso mínimo que era destinando anualmente por aluno passou de R\$ 3.700,00 para R\$ 5.700,00. Entre outras finalidades, esses valores são destinados para custear a folha de pagamento de professores, o transporte escolar, a formação continuada de professores e programas de recuperação de aprendizagem.

Segundo Hoogerbrugge, desde o início da tramitação no Congresso Nacional da pauta que limita a cobrança do ICMS, movimentos da sociedade civil e de parlamentares ligados à educação acompanharam e pressionaram para que os recursos destinados ao Fundeb fossem preservados. Mesmo com essa mobilização contrária à proposta, a Câmara dos Deputados aprovou o texto que o governo federal defendia. Já no

Senado, os parlamentares apresentaram e aprovaram duas emendas que determinavam a compensação financeira a estados e municípios, referente às perdas dos valores destinados ao Fundo. Entretanto, apesar da pressão da sociedade civil e da Frente Parlamentar Mista da Educação, as emendas foram vetadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

“O que o Fundeb está perdendo com o projeto do ICMS é mais do que foi conquistado em 2020. O governo está subsidiando gasolina com o dinheiro que iria para a educação, no momento que a educação precisaria de mais investimento, por conta dos prejuízos da pandemia”, afirma Hoo-gerbrugge.

De acordo com o cálculo do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), referendado pela Fineduca, o impacto da limitação do ICMS no Fundeb pode chegar até R\$ 21 bilhões. Com isso, a previsão é de que os estados e municípios brasileiros, entes federativos que respondem por pouco mais de 80% das matrículas da Educação Básica, considerando redes públicas e privadas, terão severas dificuldades em honrar pagamentos dos profissionais da Educação, promover medidas de recuperação da aprendizagem e combater os atrasos e desigualdades agravados na pandemia.

Nota

A Undime publicou carta aberta aos parlamentares do Congresso Nacional brasileiro contra os vetos ao Projeto de Lei Complementar do ICMS (PLP 18/2022) e também assinou Nota Conjunta com a Frente Parlamentar Mista da Educação e com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que também manifestaram posicionamento.

De acordo com o texto do documento publicado junto à Frente Parlamentar, “a consequência seguinte da redução da alíquota do ICMS na educação é a redução dos valores dos Fundos Estaduais que compõem o Fundeb e da complementação da União que se aplica especialmente aos entes mais vulneráveis”. Para a Frente, as estimativas rondam perdas de R\$ 26 bilhões, a depender do real impacto da redução da alíquota. Isso significa uma redução de 11% do valor total do Fundeb para 2022, que corresponde ao montante do valor anual total por aluno (VAAF) que deveria ser destinado a 4,6 milhões de estudantes. Em termos comparativos, é o equivalente a sete vezes o valor destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelo governo federal.

O ICMS e as condicionalidades da Complementação-VAAR do Fundeb

De acordo com a Lei 14.113/2020, que regulamenta o Fundeb, a complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores. Ao todo são cinco condicionalidades, sendo que uma delas diz respeito ao ICMS.

Os estados têm até 26 de agosto de 2022 para aprovar lei estadual, definindo a forma de utilização de até 35% da quota parte do ICMS destinada aos municípios. É obrigatório, entretanto, que em cada estado essa lei respeite a obrigatoriedade de distribuição de, no mínimo, 10 pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerando o nível socioeconômico dos educandos.

Essa reportagem foi fechada em 14 de julho de 2022.



O retrato do Novo Fundeb no Brasil



"O Novo Fundeb trouxe novas oportunidades e investimentos que possibilitam a melhoria na educação, tanto no que se refere à valorização profissional, quanto na infraestrutura das unidades escolares. O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos trabalhadores em educação, ainda é um desafio no Acre".

Amarísio Saraiva de Oliveira
Dirigente Municipal de Educação
de Cruzeiro do Sul / AC
Presidente da Undime Acre



"Considerando que dos 102 municípios alagoanos cerca de 61% têm menos de 20 mil habitantes, e que a arrecadação própria desses municípios não suportaria a perda do Fundeb, o nosso sentimento em um ano do Novo Fundeb é de que precisamos avançar mais ainda em uma política real de financiamento para educação do Brasil. Tivemos avanços com mais recursos a partir das mudanças nos fatores de ponderação, porém precisamos superar os desafios apresentados durante esse processo para melhorar a forma de gestão dos recursos públicos e avançar em uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade social para todos".

Noêmia Maria Barroso Pereira Santos
Dirigente Municipal de Educação
de Teotônio Vilela / AL
Presidente da Undime Alagoas



"A perspectiva é ajustar todos os avanços às realidades dos municípios amazonenses, visto a inserção dos demais trabalhadores da educação na subvinculação dos 70%, na qual muitos municípios exportaram estes trabalhadores de forma equivocada, criando assim uma saturação nesta folha, pondo em risco a valorização dos profissionais do magistério, não deixando muito para Manutenção do Desenvolvimento do Ensino. É importante salientar a preocupação de fazer com que os mesmos possam atender para as condicionalidades e indicadores para o recebimento dos recursos com a expansão de matrículas e investimento na área pedagógica".

João Libânio Cavalcante
Dirigente Municipal de Educação de Maués / AM
Presidente da Undime Amazonas



"O Novo Fundeb, instrumento permanente de financiamento educacional, fortalece as redes municipais de educação do Amapá, para que possamos seguir firmes na superação dos desafios que se apresentam para melhorar os indicadores educacionais, assim como promover a educação integral, inclusiva e de qualidade nos municípios".

Manoel Souza dos Santos
Dirigente Municipal de Educação
de Mazagão / AP
Presidente da Undime Amapá



"A nova lei do Fundeb nos trouxe possibilidades de ampliação ao acesso à educação, formação continuada para os profissionais da educação, democratização da gestão escolar e reestruturação física garantindo ações que protejam de forma efetiva e eficaz o nosso maior patrimônio público brasileiro, que é a escola pública acessível, equitativa, inclusiva e com qualidade social para todos e todas".

Raimundo Pereira Gonçalves Filho
Dirigente Municipal de Educação
de Itaparica / BA
Presidente da Undime Bahia



"A aprovação do Novo Fundeb representou, sem dúvida, um conjunto de conquistas e de desafios para o avanço do sistema de ensino-aprendizagem da educação básica pública. Os novos formatos de repasse relativos à complementação da União agregam os maiores desafios, tendo em vista que, além da importante busca ativa, é necessário um excelente planejamento na formação de turmas e sua distribuição entre as diferentes unidades escolares, para maximizar as receitas indexadas apenas às matrículas e os fatores de ponderação".

Luiza Aurélia Costa dos Santos Teixeira
Dirigente Municipal de Educação de Crateus / CE
Presidente da Undime Ceará



"O Fundeb representa uma conquista para educação pública na concretização dos recursos, possibilitando novas ações e incrementos necessários ao desenvolvimento de uma educação de qualidade, principalmente neste atual contexto, pós pandêmico. Ao mesmo tempo, agrega às responsabilidades de gestores bastante cautela na observância de tantos novos critérios para sua execução, ressaltando as regras de transição relacionadas aos coeficientes de participação e complementação Valor Aluno Ano Total (VAAT) da União."

Maria Olímpia Dalvi Rampinelli
Dirigente Municipal de Educação
de Linhares / ES
Presidente da Undime Espírito Santo



"A lei 14.113 do Novo Fundeb representa um avanço na municipalização da educação. A complementação por município significa a concretização de uma maior redistributibilidade proporcionada pela nova lei e a garantia de que municípios menores poderão ter um desenvolvimento com suporte. Mostra ainda, a capacidade de mobilização da Undime junto aos municípios brasileiros que de forma organizada estiveram presentes em cada fase da lei, de sua escrita até sua aprovação, representando importante engajamento e maturidade das secretarias municipais de educação".

Miguel Rodrigues Ribeiro
Dirigente Municipal de Educação
de Rio Verde / GO
Presidente da Undime Goiás



O Novo Fundeb toma como evidência a estruturação de um problema educacional bem antigo, que é a falta de qualidade das escolas e a valorização dos profissionais da educação. Nos locais mais pobres, mais vulneráveis, o desafio educacional é maior. A ação do poder público precisa ser mais intensa e bem assistida, acompanhada e fiscalizada. Para que tudo isso aconteça, precisamos de mais recursos. E é isso que o Novo Fundeb permite.

Marcony Wellython Oliveira Pinheiro
Dirigente Municipal de Educação
de Poção de Pedras / MA
Presidente da Undime Maranhão



"O desafio da implementação do Novo Fundeb foi e ainda é um marco para nós, dirigentes. Há de se considerar que ele representou um enorme ganho para a Educação, porém ainda temos muitas dúvidas, expectativas e inseguranças. Além disso, reforço que precisamos de uma política de valorização clara aos profissionais do magistério que se sustente a longo dos anos sem comprometer a saúde financeira dos municípios".

Marcelo Wagner de Oliveira
Dirigente Municipal de Educação
de Carandaí / MG
Presidente da Undime Minas Gerais



"Dentre os avanços do Novo Fundeb destacamos a elevação da participação da União no financiamento, permitindo que nossos municípios ampliem o atendimento da Educação Infantil, que ainda é nossa maior preocupação. Esse aporte de recursos e a nova sistemática de distribuição, vão alcançar municípios que anteriormente não recebiam a complementação da União, que é o caso de Mato Grosso do Sul. Nesse primeiro ano, oito municípios receberam a Complementação da União do Valor Anual Total por Aluno (VAAT). Nossa expectativa é que possamos diminuir as desigualdades regionais, ampliar os índices de atendimento e melhorar, efetivamente, a qualidade da educação em nosso estado".

Guerino Perius
Dirigente Municipal de Educação
de Chapadão do Sul / MS
Presidente da Undime Mato Grosso do Sul



"A aprovação da Lei do Novo Fundeb foi um grande avanço para a educação brasileira, mas nosso verdadeiro desafio está na implementação da mesma. Este e os próximos anos dedicaremos todo nosso esforço na implementação eficiente e que tenhamos como resultado alunos que avancem na aprendizagem".

Eduardo Ferreira da Silva
Dirigente Municipal de Educação
de Canarana / MT
Presidente da Undime Mato Grosso



"Um ano de expectativa, de credibilidade de que alcançaremos todos os objetivos para termos uma educação de qualidade".

Claudia Alaine Gomes Seabra
Dirigente Municipal de Educação
de Castanhal / PA
Presidente da Undime Pará



"A regulamentação do Fundeb trouxe aos Dirigentes Municipais de Educação condições de lidar melhor com os recursos oriundos do Fundo. Este sentimento possibilitou traçar planejamentos com o fito de atingir as metas em educação. São, portanto, avanços e desafios no desenvolvimento de políticas públicas à educação".

Michael Lopes da Silva
Dirigente Municipal de Educação
de Esperança/ PB
Presidente da Undime Paraíba



"Desde a sua criação, o Fundeb, tem cumprido sua função principal, promovendo, na perspectiva da seguridade e disponibilidade de recursos financeiros, que concentrados na União e por ela distribuídos, são garantidores do atendimento e da melhoria contínua da educação básica. Entretanto, a aplicabilidade das novas regras torna indiscutível a observância de diferentes responsabilidades e compromissos impostos à governança pública municipal, exigindo da esfera federal o suporte técnico compatível com a implementação dos novos processos. Estamos, pois, diante do imperativo proeminente da responsabilidade da gestão municipal de educação em construir ações acordadas com o dispositivo legal de regulamentação do Fundeb, indispensável pela efetivação dos seus propósitos".

Josevanda Franco
Dirigente Municipal de Educação de Nossa Senhora do Socorro / SE
Presidente da Undime Sergipe



"Um ano após sua promulgação, o Novo Fundeb traz um avanço incontestável para a educação no país, e segue precisando de grande mobilização social para garantir que de fato seja implementado. Vale salientar que vivemos dias tenebrosos com perdas de direitos e conquistas alcançadas. Educadores e educadoras que lutam diariamente em defesa da educação pública devem seguir vigilantes para que não surjam projetos com o objetivo de destruir o Fundeb, que levou mais de cinco anos para ser aprovado".

Natanael José da Silva
Dirigente Municipal de Educação
de Belém de Maria/ PE
Presidente da Undime Pernambuco



"Após um ano do Novo Fundeb, o sentimento é de esperança em dias melhores para a educação pública brasileira, porque o principal financiador da educação básica tornou-se permanente, e com isso, gestores têm a possibilidade realizar ações que promovam o direito à aprendizagem das crianças e adolescentes, bem como a valorização dos profissionais da Educação. O grande desafio para o futuro é garantir que as políticas sejam efetivadas e as desigualdades reduzidas".

Erica Graziela Benício de Melo
Dirigente Municipal de Educação
de Domingos Mourão/ PI
Presidente da Undime Piauí



"Um ano de aprovação do Fundeb, uma grande conquista! Ainda restam muitas dúvidas em relação a sua implementação, principalmente quanto ao VAAR, que além das ações de regulamentação nos municípios, muitas questões dependem de regulamentação federal. Outra questão que ainda precisamos de esclarecimentos: até que ponto a lei do ICMS vai impactar os repasses do Fundeb?"

Márcia Aparecida Baldini
Dirigente Municipal de Educação
de Cascavel / PR
Presidente da Undime Paraná



"Foi um grande avanço o Fundeb ter se tornado permanente e termos conquistado o aumento da complementação de 10 para 23%. Apesar das lutas e entendimento sobre sua aplicação, devido aos novos mecanismos de repasses e vinculações, avançamos muito. Continuaremos avançando para garantir uma educação pública de qualidade para todos, pois esse é propósito da Undime".

Osório Luís Figueiredo
Dirigente Municipal de Educação
de Cachoeiras de Macacu / RJ
Presidente da Undime Rio de Janeiro



"O Novo Fundeb é um avanço incontestável. Precisamos ainda de grande mobilização social para garantir que de fato seja implementado. Garantir a aprendizagem adequada de todos os estudantes, renova o nosso desafio de concretizar o direito à educação e assim, erradicar deficiências com a implantação".

Joária Vieira

Dirigente Municipal de Educação
de Rio do Fogo / RN
Presidente da Undime Rio Grande do Norte



"A covid-19 desencadeou uma crise educacional e, apesar de todos os esforços realizados por estados e municípios, sabemos que a educação teve retrocesso. A aprovação do Novo Fundeb acendeu uma luz no fim do túnel. Esse avanço veio ao encontro às necessidades da educação e, entre os benefícios, tem-se a valorização dos profissionais, a melhoria na Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio entre outras".

Luslarlene Umbelina de Souza Fiamett

Dirigente Municipal de Educação
de Santa Luzia / RO
Presidente da Undime Rondônia



"O Novo Fundeb trouxe uma série de desafios para os Dirigentes Municipais de Educação, como por exemplo, a execução dos 70% dos recursos do fundo, englobando todos os profissionais de educação e a implementação do piso salarial dos profissionais do magistério. O que antes parecia muito recurso, agora não dá para manter nem mesmo a folha de pagamento. Outro desafio é cumprir com as condicionalidades da Lei do Fundeb para receber os recursos VAAR no ano seguinte, entre elas, a seleção de diretores escolares e a Lei do ICMS Estadual, que depende do Governo Estadual. Enquanto Dirigente Municipal de Educação, acredito que estamos no caminho certo para uma educação com qualidade, mas é preciso cautela e estudos para que possamos nos apropriar das informações corretas e desenvolver o trabalho de forma segura e real".

Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca

Dirigente Municipal de Educação
de Piraquê / TO
Presidente da Undime Tocantins



"Neste um ano de Fundeb o sentimento ainda é de indecisão e persistentes expectativas de melhorias. A lei poderia ter critérios mais claros, especificando e orientando uma aplicabilidade que atenda a diversidade educacional, entretanto houveram sim avanços quando se trata da isonomia dos servidores da educação básica. Sabemos que ainda temos diversos desafios frente ao gerenciamento financeiro em razão dos reajustes apresentados".

Sueli Terezinha Magalhães

Dirigente Municipal de Educação de Mucajaí / RR
Presidente da Undime Roraima



"O Novo Fundeb é uma grande conquista e principal instrumento de financiamento, que garante acesso ao ensino da educação básica pública no país. Apesar de muito celebrado, muitas dúvidas foram geradas nesse ano de transição, exigindo mais atenção e alinhamento entre gestores municipais e órgãos de controle. Viabilizar condições efetivas na materialização das ações no cenário educacional, será um constante desafio dos gestores".

Maristela Guasselli

Dirigente Municipal de Educação
de Novo Hamburgo / RS
Presidente da Undime Rio Grande do Sul



"A aprovação do Novo Fundeb significa grande conquista da educação brasileira, ao assegurar os mecanismos redistributivos para garantia do acesso, permanência e do fornecimento de uma educação de qualidade para todos os estudantes. Destaco outros avanços, como aplicação de no mínimo 70% dos recursos destinados à remuneração de profissionais da educação e proibição para pagamento de inativos; priorização de recursos para a Educação Infantil; vinculação dos fatores de ponderação à definição do CAQ; complementação da União com aumento de 10% para 23% de forma gradativa até 2026, entre outros".

Patrícia Lueders

Dirigente Municipal de Educação
de Blumenau / SC
Presidente da Undime Santa Catarina



"O Novo Fundeb, hoje permanente, é resultado da soma dos esforços e da luta dos Dirigentes Municipais e profissionais da educação básica. Esse financiamento público, agora melhor e mais redistributivo, é o principal mecanismo de valorização docente e da educação como um todo. Sem a política de financiamento, seria difícil promover a busca pela equidade e qualidade das redes educacionais paulistas".

Márcia Bernardes

Dirigente Municipal de Educação
de Mairiporã / SP
Presidente da Undime São Paulo



O flagelo do *homeschooling* ameaça a educação brasileira

Após ser aprovado na Câmara dos Deputados como PL 3.179/2012, em maio deste ano, o Projeto de Lei 1.388/2022, que autoriza a educação domiciliar, conhecida como *homeschooling*, começou a ser discutido no Senado Federal. Desde os primeiros debates sobre a tramitação do PL, a Undime posicionou-se publicamente contra a matéria. Na última carta aberta dirigida aos deputados federais e senadores, publicada em maio, a entidade pediu para o parlamento rejeitar a proposta. De acordo com a entidade, o projeto não é uma prioridade para a educação brasileira e, neste momento, todos os esforços dos parlamentares devem ser voltados à discussão do Sistema Nacional de Educação.

A Undime reforça que o PL representa uma violação aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, previstos na Constituição de 1988, uma vez que o convívio escolar é essencial na vida e na formação de crianças e adolescentes.

Membro da Frente Parlamentar Mista da Educação, o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) acompanhou de perto as discussões do PL na Câmara dos Deputados. Segundo ele, mesmo sem ser uma prioridade para o ensino, a pauta avançou sem debate amplo com a sociedade e entidades ligadas à educação. “Tentamos rejeitar o PL, mostrando suas fragilidades e riscos para a educação brasileira. Como tem sido comum nessa legislatura, o PL não passou

pelas comissões, foi direto ao plenário, com acordo firmado previamente entre os líderes, com a força do governo, de emendas secretas e não secretas”.

Outra preocupação do deputado é que seja retirado dinheiro do Fundeb para custear educação domiciliar, caso o PL vire lei. “Poderão proliferar milhares de escolas informais custeadas com dinheiro público”.

Apesar da aprovação na Câmara, Alencar diz que a bancada da educação está esperançosa de a proposta ser rejeitada no Senado. “O governo tem encontrado maiores dificuldades no Senado em relação a pautas como essa. Esperamos e pressionaremos para que o Senado rejeite o PL ou que ele nunca entre em pauta”, destacou Alencar.

Segundo o parlamentar, a modalidade de ensino é prejudicial ao aprendizado como um todo. “A educação domiciliar é um retrocesso gigantesco, um desrespeito aos professores, pois ela parte de premissas totalmente equivocadas sobre a escola, o processo de ensino-aprendizagem e sobre formação humana”, explica. De acordo com Alencar, trata-se de uma visão simplista de que qualquer um pode ensinar, de que escola é só sobre conteúdos, ignorando toda a questão da sociabilidade. “Estudos nos EUA que compararam crianças de mesmo perfil que estavam na escola e que estavam em educação domiciliar mostraram que as crianças em educação domiciliar eram menos aprovadas na universidade”, diz o deputado federal.

Coordenadora geral da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, lembra que, junto a família, a escola tem papel fundamental na vida e na formação de uma pessoa, como instituição de convivência e de aprendizado sobre a vida em sociedade e sobre valores democráticos. Para ela, o *homeschooling* retira direitos de crianças e adolescentes e, na mesma medida, fortalece a visão privada das famílias sobre a escolarização e educação. “Além disso, a educação ficar somente nas mãos das famílias pode comprometer a formação integral das crianças e adolescentes, na medida em que essa educação pode ser reprodutora de fundamentalismos, preconceitos e discriminações, e por não dar chance ao contraditório, ao questionamento, ao pensamento crítico e por não estar sendo provocada por profissionais da educação”, explica Pellanda.

Segundo Andressa, a educação domiciliar ainda pode trazer outras consequências para crianças e adolescentes, pois as maiores taxas de violência sexual, doméstica e de trabalho infantil acontecem dentro do ambiente familiar. “Muitos dos casos só são identificados porque a criança aparece na escola com sinais físicos e psicológicos daquela exploração. As chances de esses casos aumentarem e sem nenhuma perspectiva de contrapesos para controle, identificação ou proteção dessas crianças é imenso e assustador”, explica. “Regularizar a prática da educação domiciliar é dar um aval para que

mais casos de exploração de crianças e adolescentes ocorram. É extremamente irresponsável”, protesta a educadora.

Roberto Franklin de Leão, presidente em exercício da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), lembra que a escola e a educação pública cumprem papel importante no combate à insegurança alimentar e nutricional de grande parte das crianças e adolescentes brasileiros. “O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é uma das mais relevantes políticas voltadas à garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas via escola. Para muitos estudantes, é na escola que se faz a única ou a principal refeição do dia”.

Leão também explica que a proposta do *homeschooling* representa uma afronta a direitos, como a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva que, segundo ele, é uma importante conquista pela igualdade “ao acabar com a segregação de estudantes em escolas e classes especiais, prevendo como um direito das crianças e adolescentes com deficiência a frequência às escolas regulares”.

Diretora de educação e cultura da infância do Instituto Alana, Raquel Franzin, pontua que, entre outros motivos, a educação domiciliar não pode virar uma realidade sem que, com isso, desnude a falta de compromisso do governo brasileiro, da sociedade, das famílias e da educação com real e os efetivos direitos de crianças e adolescentes.

“São pessoas que tiveram seus direitos sociais garantidos há pouco mais de trinta anos e, portanto, os direitos dos seus pais e das suas famílias de participar do processo educativo de crianças e adolescentes não deve estar acima e não deve excluir o direito da criança de frequentar, aprender, se desenvolver enquanto ser humano nesse ambiente social chamado escola”, explica.

A educadora destaca que a proposta foi aprovada na Câmara sem seguir o rito adequado para a tramitação para uma matéria com tamanha abrangência. “O rito deveria ter garantido os debates em comissões, inclusive a de Educação, que é aquela que concentra os deputados com maiores experiência na área”, explica.

Franzin endossa as manifestações de que a pluralidade de ideias, essencial para a formação do indivíduo, está ameaçada caso a matéria seja aprovada. “A partir do momento que esses alunos frequentam apenas seus ambientes familiares e ainda que tenham interação com outras famílias, esse grupo costuma ter culturas muito parecidas. Portanto, há um prejuízo numa convivência, na formação cidadã e inclusiva para essas crianças. Há também o prejuízo no desenvolvimento e na aprendizagem da participação social quando se deixa de frequentar um espaço tão importante na sociedade”, conclui.



A educação domiciliar é um retrocesso gigantesco, um desrespeito aos professores, pois ela parte de premissas totalmente equivocadas sobre a escola, o processo de ensino-aprendizagem e sobre formação humana.

Deputado Idilvan Alencar



Educação Infantil: Os desafios pós-pandemia

Durante a Educação Infantil, crianças de 0 a 5 anos têm contato com o mundo ao redor, quando desenvolvem habilidades sociais e expressivas. Uma pesquisa recente, realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, em conjunto com o Cenpec Educação, demonstrou que, por volta de 41% dos 5,1 milhões de estudantes sem acesso à educação, em novembro de 2020, eram de crianças nessa faixa etária. Elas foram as mais prejudicadas, portanto, pela exclusão escolar, durante a pandemia da covid-19.

No artigo 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil é tida como a “primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em

seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Porém, a chegada da pandemia mudou o processo educacional, que ficou mais desafiador e precisou ser reformulado.

Cida Freire, coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Nacional da Primeira Infância, defende que não há condição de a Educação Infantil acontecer dessa forma. Para ela, deveria ter sido organizada uma força tarefa que municiasse os estados e municípios para garantir que o direito à Educação Infantil e o vínculo com professores e colegas não fossem retirados das crianças.

Patrícia Lueders, Dirigente Municipal de Educação de Blumenau/ SC e coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Infantil da Undime, afirma que o retorno às atividades presenciais na Educação Infantil foi desafiador. “Como nós vamos falar para as crianças que elas não podem tocar ou abraçar os colegas quando a base do currículo são as interações e as brincadeiras? A Educação Infantil envolve o afeto diariamente. Imagina uma turma de 0 até 1 ano ou uma turma de até 2 anos que estão engatinhando e iniciando os primeiros passos”, explica Lueders.

Para Patrícia, o papel da família e a parceria com a escola e os professores é fundamental no processo de transição de volta às atividades presenciais da educação, na primeira infância. “Eu sempre digo que a primeira transição da criança é da saída de casa até a instituição de ensino. Pois ali é que ocorre o envio das máscaras para criança poder fazer a troca, o envio da garrafinha de água, tendo em vista que os bebedouros

não estavam sendo utilizados de maneira coletiva, a conscientização sobre o cuidado de lavar várias vezes as mãos e sobre o uso do álcool em gel”, ensina.

De acordo com uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no início de 2021, cerca de 60% das famílias de crianças que estudam em escola pública não possuem acesso à internet. Por isso, não tiveram acesso às aulas a distância e ao contato com os professores. No ensino privado, essa questão atinge 17% das famílias.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, mais de 30% das crianças entre 2 e 5 anos apresentaram qualidade de sono, exercício físico e frequência de saídas ao ar livre em níveis abaixo do recomendado. Além disso, 32% das crianças nessa faixa etária tiveram o tempo de exposição a telas de computador e celular em níveis acima do considerado adequado para a idade.

“As infâncias não pararam, nenhuma infância parou. O que a gente percebe hoje nas crianças bem pequenas é uma outra realidade no desenvolvimento motor e da fala por exemplo”, destaca Lueders. De acordo com a coordenadora do GT, é preciso também ver o lado bom da situação. Segundo ela, durante o período pandêmico e de isolamento dentro de casa, foram mantidos e potencializados os laços e as relações afetivas com as famílias.

Segundo Cida Camarano, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), o cuidado nessa faixa etária é atender à demanda da criança, e não à expectativa do adulto, seja ele o educador ou a família, e promover tanto entre

os educadores quanto entre as famílias essa constante reflexão de que o espaço de atendimento à Educação Infantil é um espaço que deve servir às crianças. “E essa questão requer um olhar cuidadoso que envolve uma política de formação de todos os profissionais que atuam na Educação Infantil.”

Por fim, Cida defende que o trabalho de retorno às atividades presenciais deve ser pautado nos interesses e necessidades das crianças, considerando suas especificidades, a partir de cada faixa etária. “Isso precisa ser orientado pelos direitos de aprendizagem e direitos universais que protegem as crianças”, explica. Para ela, a partir disso, a criança é protagonista do seu próprio processo e da organização pedagógica do lugar de que ela é parte.

O estudo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro com apoio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, publicado em outubro de 2021, afirma que, na Educação Infantil, 8,9 milhões de crianças de 0 a 5 anos foram atingidas pela interrupção das atividades presenciais no país.

Beatriz Abuchaim, gerente de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, relembra que os profissionais da educação que auxiliam as crianças nesse processo também precisam de uma rede de apoio. “Essa troca fortalece os profissionais da educação e ajuda nas discussões sobre estratégias e planejamento em relação às crianças”, explica.

Foco na primeira infância

A cada instante a infância se reinventa e com isso vem a necessidade de se firmar um compromisso com a garantia de direitos e com o fortalecimento das políticas públicas para a criança e o adolescente. Nesse sentido, o Plano Municipal pela Primeira Infância, ou PMPI, tem um papel fundamental. O PMPI é um plano de Estado, intersetorial, que visa ao atendimento aos direitos das crianças na primeira infância, até os seis anos de idade, no âmbito do município. Assim, articula diferentes setores da administração municipal com o objetivo de estabelecer metas e complementar suas ações, para cumprir o dever do Estado na garantia da prioridade absoluta dos direitos das crianças.

Sobre o que os Dirigentes Municipais de Educação precisam priorizar na etapa da Educação Infantil, Patrícia Lueders, presidente da Undime Santa Catarina e coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Infantil da Undime, defende que, em qualquer etapa, o objetivo do dirigente precisa ser a aprendizagem de qualidade dessa primeira infância. “É fundamental que as instituições possam ampliar os conhecimentos, repertório cultural e as oportunidades de aprendizagem para essas crianças”, diz a coordenadora.

Cida Camarano, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, defende mapear a situação, em cada município, quanto ao

acesso das crianças, desde a creche até as condições de segurança, número de matrículas, condições sanitárias das instituições, uso de EPIs e índice de contágio de adultos e crianças, para saber como está a situação real dessas crianças no retorno presencial.

Os planos são constituídos de um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças no município, uma lista de ações das diferentes secretarias para garantir que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos, e metas que permitam avaliar as políticas planejadas e em curso.


Iniciativas como essa reafirmam os direitos constitucionais e cumprem com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Aurélio Marques, Dirigente Municipal de Educação de Jucás, no Ceará, fala da importância de essas políticas públicas serem elaboradas com base na intersetorialidade, de modo a se trabalhar a criança e a família, de forma integral. “O Plano é o primeiro passo para a gente promover uma educação com equidade para todos”, diz o dirigente.



Os efeitos da pandemia na alfabetização

Entre os especialistas, não há dúvidas de que um dos períodos mais importantes da vida de uma criança é quando ela aprende a ler e a escrever. Nessa fase da alfabetização, as conexões que a criança faz entre palavras, sons e significados se traduzem posteriormente em outras habilidades que serão desenvolvidas durante a vida. Porém, nem todas as crianças brasileiras têm acesso a essa etapa importante da vida. Além disso, a pandemia teve



impacto profundo nessa estatística. Segundo os dados divulgados pela Pnad Contínua, feita pelo IBGE, entre 2019 e 2021, ocorreu um acréscimo de 66,3% no número de crianças dos 6 a 7 anos de idade que, de acordo com os seus responsáveis, não sabiam ler e escrever.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular, o principal foco da ação pedagógica nos primeiros dois anos do Ensino Fundamental deve ser a alfabetização, de forma que as crianças “se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos”. Não alfabetizar as crianças na idade correta pode trazer prejuízos imensos para as suas futuras aprendizagens, o que também pode elevar os riscos de reprovações, abandonos e evasões na trajetória escolar.

Em 2019, de acordo com a Pnad Contínua, eram 1,4 milhão de crianças nessa situação, mas esse número subiu para 2,4 milhões, em 2021. A percentagem de crianças de 6 e 7 anos que, de acordo com os seus responsáveis, não sabiam nem ler e nem escrever, foi de 25,1%, em 2019, para a casa dos 40,8%, em 2021, durante a pandemia da covid-19.

A chegada da pandemia trouxe um impacto na alfabetização que reforçou a diferença já existente entre as crianças brancas e as crianças pretas e pardas. A proporção de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos que não sabiam ler e escrever chegou a 47,4% e 44,5%, em 2021, sendo que, em 2019, era de 28,8% e 28,2%. E, entre as crianças brancas, a proporção passou de 20,3% para 35,1%, durante o mesmo período.

A pesquisa feita pelo IBGE também mostrou que é possível visualizar uma diferença expressiva entre as crianças que moram nos domicílios mais ricos e mais pobres do país. Das crianças mais pobres, a porcentagem das que não sabiam ler e escrever foi de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021 e entre as crianças mais ricas, no entanto, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

David Saad, diretor-presidente do Instituto Natura, relembra que o Brasil foi um dos países que mantiveram as escolas fechadas por mais tempo, em 2020. “Foram cerca de 178 dias letivos com os estabelecimentos fechados, enquanto a média dos países da OCDE foi de 58 dias”, explica.

Para Magda Soares, especialista em alfabetização do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da UFMG, é possível dizer, sem exagero, que a alfabetização é a etapa que mais sofreu os efeitos do afastamento das crianças das escolas, pois trata-se de um processo que só pode se desenvolver de forma presencial e com a interação entre professores e a criança. “Alfabetizar é levar a criança a relacionar sons da fala com letras que os representem, sem a presença da oralidade de um professor formado para esse processo, ele não pode ser realizado com sucesso”, conta.

De acordo com a especialista, não será possível – e nem se trata disso – recuperar o tempo perdido por conta da pandemia da covid-19. “O que se perdeu em relação à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo e socioemocional é irrecuperável. Mas também não se trata de retomar, porque houve um corte que teve consequências sobre os alunos e os professores e não se trata de

continuar o que foi interrompido”, diz. De acordo com ela, na realidade, cada município e escola está, ou deveria estar, atualmente, procurando por formas de recomençar e reconstruir “do zero” o processo de ensino das crianças.

Sobre o papel e a importância das administrações municipais, no contexto atual, depois da pandemia da covid-19, Magda Soares afirma que as secretarias de educação dos municípios são indispensáveis. “É preciso aumentar os esforços e sensibilizar o olhar para que sejam criadas estratégias para as redes dos municípios e dos estados de ensino atuarem de forma conjunta. E, assim, evitar que essa defasagem na alfabetização não se transforme em um problema ainda maior e acabe por interferir nas outras diferentes etapas da aprendizagem, gerando impactos na socialização e estímulo à aprendizagem.”

Marcia Baldini, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Alfabetização da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Cascavel/ PR, sente que é um desafio muito grande para todos os Dirigentes Municipais de Educação. “Nós precisamos de políticas de apoio técnico e financeiro aos dirigentes e que todos tenham consciência, os professores de cada rede, que agora é um problema coletivo e que nós precisamos avançar juntos”, elucida Baldini.



Sistema Nacional de Educação: a grande agenda educacional de 2022

A proposta de instituição de um Sistema Nacional de Educação (SNE) não é recente. Ela remonta à época do Manifesto dos Pioneiros, em 1932, quando se apresentou a necessidade de se organizar a oferta da educação nacionalmente. Tal proposta começou a ser aprofundada durante a Constituinte e, mais especificamente, na discussão em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB, Lei nº 9.394/96).

Agora, estamos muito próximos da aprovação da Lei do Sistema Nacional de Educação (SNE), que certamente será a grande agenda educacional de 2022. O SNE, como é conhecido, tem por objetivo, entre outros, fortalecer mecanismos redistributivos, a fim de garantir padrão mínimo de qualidade educacional com equalização de oportunidades educacionais, mediante assistência técnica, pedagógica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Fede-

ral e aos Municípios, e dos Estados com relação aos seus Municípios, tendo como referência o Custo-Aluno Qualidade (CAQ).

Caberá ao Sistema Nacional de Educação articular os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, com a coordenação da União, no sentido de integrar, planejar, formular, implementar e avaliar políticas, programas e ações das diferentes esferas governamentais. Com a aprovação do SNE, espera-se que o regime de colaboração, outra demanda antiga da comunidade educacional e garantida pela Constituição Cidadã de 1988, seja efetivamente implementado.

Sobre o Sistema, tramitam no Congresso Nacional duas propostas. Na Câmara, o PLP 25/2019, de autoria da deputada federal Professora Dorinha (DEM/TO), com relatoria do deputado Idilvan Alencar (PDT/CE). No Senado Federal, o PLP 235/2019 de autoria do senador Flávio Arns

(Podemos/PR) e relatoria do senador Dário Berger (MDB/SC), foi aprovado pelo plenário da Casa no dia 9 de março. Atualmente, o PLP 235/2019 está tramitando na Câmara, com o apensamento do PLP 25/2019. Com isso, as duas propostas passam a tramitar juntas na Câmara dos Deputados e, portanto, a votação será única. Cabe aqui, neste espaço, reconhecer o trabalho articulado entre Câmara e Senado com o objetivo de aprimorar os textos e destacar pontos em comum.

Neste caso, a defesa de uma tramitação conjunta das duas propostas de PLP, assim como aconteceu no Fundeb, vem no sentido de garantir um texto que contemple todo o acúmulo dos debates, bem como as contribuições de instituições educacionais, como a Undime, que participa frequentemente dos debates promovidos pelas Casas legislativas.

Como o Conselho Nacional de Educação (CNE), em ambas as pro-



postas legislativas, possui função normativa e de assessoramento técnico ao poder executivo no âmbito do Sistema Nacional de Educação, é necessário que tenha autonomia técnico-pedagógica, administrativa e financeira. No exercício dessas funções, o CNE, entre outras atribuições, deverá: subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; emitir parecer sobre assuntos da área educacional; manter intercâmbio com os sistemas de ensino; analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Diante de tais atribuições do CNE e considerando o seu protagonismo na elaboração de diretrizes e resoluções que impactarão na oferta do ensino pelos sistemas municipais, estaduais e federal, é muito importante garantir a participação, como conselheiros natos da Câmara de Educação Básica/ CNE, de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed);

do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Por ser um órgão de Estado e instituição máxima da educação, para garantir respeitabilidade, legitimidade e autenticidade em suas decisões, é fundamental ter, na composição da Câmara de Educação Básica, a representação das redes públicas estaduais e municipais, responsáveis por quase 82% de todas as matrículas da educação básica do país - representando mais de 38 milhões de estudantes -, bem como dos conselhos estaduais e municipais de educação, por serem os órgãos normativos, deliberativos ou consultivos no âmbito da educação estadual e municipal.

O Sistema Nacional de Educação deve garantir, lembrando o Manifesto dos Pioneiros, a unidade nacional com multiplicidade, mas sem uniformizá-la. Ou seja, respeitando a diversidade regional, com solidariedade e cooperação, e buscando o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes, jovens, adultos

e idosos. A sociedade educacional brasileira conta com o trabalho dos parlamentares no processo de construção e definição dos princípios, diretrizes e objetivos do SNE, bem como de sua organização, a fim de assegurar a efetividade das políticas educacionais e o cumprimento dos direitos de todos e todas à educação.



Alessio Costa Lima

Dirigente Municipal de Educação de Ibaré/ CE e vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime

Educação empreendedora: um caminho para realização de sonhos



Do ponto de vista formal, a educação empreendedora pode ser definida como uma ferramenta para desenvolver competências que estão integradas à construção dos projetos de vida. Uma forma de colaborar com o desenvolvimento integral dos alunos e estimular o protagonismo de cada um deles, nas mais variadas faixas etárias. Ela também oferece soluções de valorização e aperfeiçoamento profissional dos professores e gestores das instituições de ensino.

Janio Macedo, gerente de Cultura Empreendedora do Sebrae afirma, contudo, que quando as pessoas ouvem falar de educação empreendedora, costumam confundir o tema com uma educação voltada ao empreendedorismo empresarial e a realidade não é exatamente essa. “Nós nos dedicamos ao desenvolvimento das competências empreendedoras no que diz respeito a um projeto de vida e de sonhos a serem realizados.”

Para João Alegria, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho, a maior ferramenta que a educação empreendedora pode dar é a capacidade de se ter o controle sobre a própria vida. “A partir do que você dispõe de recursos, com essa educação, você pode enxergar um lugar para onde gostaria de se deslocar no mundo e poder planejar a sua ida até esse lugar. A educação empreendedora trabalha o ser humano nessa perspectiva de autodeterminação”, explica.

De acordo com uma pesquisa encomendada pelo Sebrae e pela Fundação Roberto Marinho, somente 7% dos professores brasileiros rejeitam a ideia de introduzir algum tipo de educação empreendedora dentro das salas de aula.

Em Francinópolis, no Piauí, a educação empreendedora e noções de empreendedorismo começaram a ser passadas para estudantes do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e da Educação de Jovens e Adultos. Segundo Eliane Moraes, Dirigente Municipal de Educação,

a temática desperta o interesse de estudantes que aproveitam esses momentos de aulas mais dinâmicas e diferentes do dia a dia para planejar o futuro. “Realizamos um ciclo de palestras que foi um sucesso. Além disso, a secretaria sugeriu que os professores incluíssem a temática da educação empreendedora em sala de aula e o que temos percebido é que essa mudança que trata de questões do cotidiano também contribui para a aprendizagem e pode ajudar os estudantes a descobrirem seus futuros e vocações, para que assim consigam concluir a trajetória na educação básica com um direcionamento para a vida profissional”.

Para incentivar o ensino da educação empreendedora em sala de aula, a Undime e o Sebrae firmaram parceria no projeto Mobilização pela Educação Empreendedora na Rede Pública Municipal de Ensino. Dentre as ações propostas na parceria, está a oferta de cursos para professores, equipes técnicas das secretarias e estudantes.



Rotina de violência revela infância perdida



É urgente combater situações de violência, exploração e abusos contra crianças e adolescentes, além de casos relacionados a trabalho infantil e garantir a elas seus direitos

No Brasil, todo dia, 32 crianças e adolescentes de 10 a 19 anos são vítimas de homicídio. O País está em primeiro lugar em número absoluto de assassinatos de adolescentes no mundo, de acordo com o estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância, o UNICEF. Para a entidade, esses homicídios são o capítulo final de um longo histórico de violência física, agressões verbais, abusos sexuais, exploração do trabalho, abandono e negligência.

Ana Carolina Fonseca, oficial de Educação e Proteção à Criança do UNICEF no Brasil, aponta que, com relação à violência sexual, entre 2017 e 2020, foram registrados 179.277 casos de estupro e/ou estupro de vulnerável, no Brasil, com vítimas de até 19 anos, uma média de quase 45 mil casos por ano. “A maioria dos casos de violência sexual contra meninas e meninos ocorre na residência da vítima e, para os casos em

que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos”, informa Ana Carolina.

“Em relação ao trabalho infantil, não existem dados atualizados, mas informações coletadas em 2020, em São Paulo, apontavam para o agravamento da situação. Entre os dados levantados de abril a julho daquele ano, identificamos a intensificação do trabalho infantil, com aumento de 26% entre as famílias no período”, informa a oficial do UNICEF. Para o presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Diego Bezerra, o trabalho infantil está relacionado à situação econômica do país. “A falta de proteção social e de boas condições econômicas para a população é a causa última dessa situação de trabalho infantil. Essas situações levam as crianças e os adolescentes a terem que sair de suas casas para ir trabalhar nas ruas.”


O cenário de pandemia da covid-19 e a crise econômica não ajuda-

ram, claro, a sanar estes problemas. Ana Carolina afirma que o longo tempo de fechamento das escolas, durante a pandemia de covid-19, impactou profundamente não apenas a aprendizagem, mas também a saúde mental, a nutrição e a proteção de crianças e adolescentes.

Com o retorno das aulas presenciais, diz a oficial do UNICEF, houve um aumento do número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes, pois os educadores puderam ter contato com os estudantes e reportar as violências que eles têm sofrido fora da escola.



A Undime preza pela proteção de crianças e adolescentes e pelo combate à exploração, aos abusos sexuais e ao trabalho infantil.



De volta às salas de aula com a Busca Ativa Escolar

Mais de três mil quilômetros separam municípios vizinhos de Trizidela do Vale e Pedreiras, interior do Maranhão, de Rio Negrinho, localizado em Santa Catarina. Apesar da distância física e das diferenças culturais e sociais, os três municípios têm uma triste realidade em comum: a exclusão escolar.

Antes mesmo da pandemia do novo coronavírus, o abandono e a exclusão escolar já eram um problema a ser enfrentado em todos os municípios brasileiros. Agora, com a retomada das aulas presenciais, após o longo período de afastamento por conta das medidas de isolamento social, essa realidade foi ainda mais agravada. Diante disso, estados, municípios e entidades ligadas à educação têm concentrado esforços para fazer a busca ativa desses alunos e trazê-los de volta às salas de aula.

A Busca Ativa Escolar foi lançada em 2017, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em

parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Trata-se de uma estratégia formada por uma metodologia social e uma plataforma tecnológica gratuitas que apoiam municípios e estados no enfrentamento da exclusão escolar.

O objetivo da Busca Ativa Escolar é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão. Por meio dessa estratégia, municípios e estados podem coletar dados concretos que possibilitarão planejar, desenvolver e implementar políticas públicas capazes de contribuir para a rematrícula de meninas e meninos.

A chefe de Educação do UNICEF Brasil, Mônica Dias Pinto, explica que, além do aspecto de pobreza multidimensional, questões relacio-

nadas à saúde física e socioemocional, além da perda de aprendizagem, foram os principais fatores que contribuíram para a exclusão escolar neste período.

Segundo Mônica, mais de 3,3 mil municípios já aderiram à estratégia Busca Ativa Escolar. “A partir do momento que as secretarias de educação dos municípios identificam os alunos que não voltaram para a sala de aula, é possível fazer uma notificação e, com isso, acionar toda a rede de proteção dessa localidade”, explica. De acordo com ela, é preciso compreender qual a situação dessas crianças e adolescentes dentro do contexto familiar. Diante desse diagnóstico, deve-se focar em quais políticas públicas precisam ser ofertadas para que os alunos retornem para a sala de aula e tenham seus direitos protegidos.

Os últimos dados da plataforma Busca Ativa Escolar mostram que, entre 2017 e 2022, 722 mil alertas foram criados sobre crianças e adolescentes que estavam fora da



escola ou nunca teriam a frequentado. Cerca de 269 mil casos estão sendo gerenciados, via plataforma, visando ao atendimento dos meninos e meninas pelos serviços da rede de proteção. A boa notícia é que, desde o seu lançamento até o final de junho de 2022, o acumulado de matrículas alcançou a marca de 110.731 crianças e adolescentes que voltaram a estudar por meio dos esforços das equipes intersetoriais da estratégia.

Outra informação, decorrente de estudo do UNICEF com base nos micro dados da Pnad/IBGE, 2019, mostra que 70% das crianças e adolescentes que deixam a escola são pretas, pardas e indígenas; e 90% delas vivem com uma renda per capita familiar menor do que um salário mínimo.

A coordenadora operacional de Rio Negrinho (SC), Matilde Eufrásio Partoski, explica que mudanças de endereço, problemas familiares como o abuso de drogas e a violência doméstica são alguns dos fatores

que contribuem diretamente com a exclusão escolar.

Segundo ela, o município aderiu à Busca Ativa Escolar, em 2021. No mesmo ano, a equipe realizou em torno de 254 visitas a alunos que não voltaram para a escola após o retorno obrigatório das aulas presenciais. Apenas entre fevereiro e junho deste ano, a equipe realizou a busca e a matrícula de 98 estudantes.

“Os trabalhos de campo são realizados nas casas dos alunos quase que diariamente, verificando junto às famílias o porquê das faltas consecutivas na escola. Verificamos se a família precisa de ajuda de outros órgãos, como de saúde e assistência social”, conta.

No outro extremo do mapa, a professora Gerlane Aragão Aguiar coordena a equipe da Busca Ativa Escolar nos municípios de Trizidela do Vale e Pedreiras, no Maranhão. Gerlane explica que as ações desenvolvidas nos dois municípios de prevenção e combate à exclusão iniciam-se a partir do monitoramento

da frequência dos estudantes em todas as escolas.

“A realidade é que as crianças e adolescentes que abandonaram a escola são geralmente de famílias que vivem em ambientes vulneráveis e situações de drogas, violência e pobreza”, explica a educadora.

Saiba mais

De acordo com pesquisa realizada pela Undime, com o apoio do Itaú Social e do UNICEF, no início deste ano a estratégia Busca Ativa Escolar é apontada por 78% das secretarias municipais como sendo o principal método para identificar estudantes que não acompanharam as atividades durante as aulas remotas ou não retornaram para as aulas presenciais em 2022.

Acesse: buscaativaescolar.org.br

CONVIVA EDUCAÇÃO

para uma gestão ainda melhor,
use o conviva!

Dirigentes Municipais de Educação e equipes técnicas das secretarias, **só no Conviva** vocês encontram conteúdos sobre as diversas **áreas de gestão** da educação pública municipal, **ferramentas para apoiar suas rotinas** e ambientes de **trocas de experiências!**

+ DE 4MIL

MUNICÍPIOS
CADASTRADOS

9 ANOS

DE TRABALHO

+ DE 40MIL

USUÁRIOS

ARTICULADORES

PARA APOIO DIÁRIO EM
TODO O BRASIL

**ACESSE A PLATAFORMA, ATUALIZE SEUS DADOS
CADASTRAIS, TIRE DÚVIDAS COM OS ARTICULADORES
E FAÇA USO DE TUDO QUE O CONVIVA OFERECE!**

www.convivaeducacao.org.br





INICIATIVA:



Parceiros estratégicos

Fundação Itaú Social, Instituto Natura, Fundação Porticus, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Votorantim

Parceiros de mídias

Fundação Roberto Marinho, Futura

Parceiros técnicos

Fundação Telefônica Vivo, Fundação SM, Instituto Alana, Todos Pela Educação, UNICEF

Faça parte da Undime



*Procure a seccional
no seu estado e saiba como
participar das atividades*



twitter.com/
undime



facebook.com/
undime



Spotify
**Conta aí,
Undime**



youtube.com/
undimenac



@undime
nacional



linkedin.com/company/
undime-nacional

Parceria institucional

